

O LAZER COMO OBJETO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA

Tânia Peres OLIVEIRA¹

Claudivan Sanches LOPES²

RESUMO

O lazer tornou-se, na contemporaneidade, objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento. No campo da Geografia, os estudos voltados para esta temática são ainda insipientes cabendo ao pesquisador o exercício de articulação deste com a Geografia. Este artigo é uma síntese de parte dos resultados de uma dissertação de mestrado que teve como foco a apropriação do espaço para prática do lazer noturno na cidade de Maringá, Paraná. Foi na busca de formas de elucidar esta problemática é que este trabalho surge com o objetivo de apresentar por meio das categorias analítica de espaço, território e lugar, possibilidades investigativas sobre o lazer a partir de sua materialização no espaço. Por meio de levantamento bibliográfico foi possível notar que o espaço está diretamente vinculado ao lazer, sendo o lócus dessas ações. Já o território surge como possibilidade de explanar de forma apropriada alguns agrupamentos humanos específicos, além da compreensão quanto a distribuição e consequências do planejamento de instalações de equipamentos para o lazer e o lugar, por fim, vinculado a sensação do pertencimento a um dado espaço.

Palavras chave: Espaço urbano. Socioespacial. Espaço. Território. Lugar.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

LEISURE AS OBJECT OF GEOGRAPHY STUDY

ABSTRACT

Leisure has become, in the contemporaneity, the subject of studies in several areas of knowledge. In the Geography, the studies focused on this subject are still incipiente, being the researcher responsible of articulation of this with Geography. This article is a synthesis of part of the results of a master's thesis that had as central focus the appropriation of the space for practice of the nocturnal leisure in the city of Maringá, Paraná. This research arose to clarify this problematic and objectived of presenting, through the categories of analysis, space, territory and place, investigative possibilities about the leisure from its materialization in the space. Through a bibliographical survey it was possible to notice that space is directly linked to leisure, and space is still the locus of these actions. Already the territory arises as a possibility to adequately explain some specific human groups, as well as the understanding of the distribution and consequences of the planning of facilities for leisure equipment and the place linked to the sensation of belonging to a given space.

Keywords: Urban space. Socio-spatial, Space, Territory, Place

1 INTRODUÇÃO

Este artigo está baseado na fundamentação teórica dos resultados da dissertação de mestrado realizada por Oliveira (2017) que buscou compreender a configuração do lazer noturno na Avenida Tiradentes, localizada no centro da cidade de Maringá, Paraná, partindo da ideia da apropriação dos espaços pelos seus frequentadores.

Entendendo que o lazer é uma prática social de conceituação complexa e estudado de diferentes perspectivas por pesquisadores de várias áreas do conhecimento, uma das principais preocupações para o desenvolvimento da dissertação pautou-se no levantamento, seleção e análise de material bibliográfico que, especialmente no campo da Geografia, auxiliasse na compreensão e enquadramento geográfico do fenômeno lazer. Notou-se, neste contexto, certa escassez dessas discussões na Geografia (MASCARENHAS, 2010). Em consequência desta escassez de material, observou-se dificuldades no esforço acadêmico em identificar qual categoria de análise seria mais adequada para estudar a realidade observada.

Nesse sentido, o objetivo central desse artigo é apresentar as potencialidades do uso das categorias de análise espaço, território e lugar nas ações investigativas sobre o lazer a partir da sua materialização no espaço. Busca-se, portanto, apresentar possibilidades de análise, nas quais os conceitos geográficos tornam-se de suma importância para compreender o lazer no espaço urbano.

A articulação entre os aportes teóricos produzidos pela ciência geográfica e o lazer são de fundamental interesse, tanto para os estudiosos do fenômeno lazer, que cada vez se torna mais pertinente na contemporaneidade, como para os pesquisadores da Geografia que buscam, tendo como aporte as categorias de análise próprias da Geografia, maneiras de compreender a materialização do lazer no espaço, bem como suas consequências.

Considerando as intenções deste artigo, busca-se discutir, primeiramente, os estudos do lazer desde a perspectiva geográfica, e, a seguir, apresentar o potencial da teoria geográfica – muito especialmente, a partir das categorias espaço, território e lugar, para a compreensão do lazer no espaço urbano.

O espaço, como se verá, é um dos conceitos mais discutidos e talvez o mais complexo, já que este não deve ser entendido como palco onde ocorrem as ações, mas sim, como o lócus destas, ou seja, ao se referenciar sobre o espaço na perspectiva do lazer, é importante considerá-lo

como pontos materializados na cidade, enquanto as ações voltadas ao lazer vinculadas as dinâmicas e tipos de práticas que ocorrem no espaço (GOMES, 2002). Assim, pensar o lazer requer considerá-lo como um fenômeno espacial, já que se realiza por meio dos espaços projetados ou apropriados para o lazer, e/ou através dos aparelhos disponibilizados para tal.

O território, por sua vez, pode ser observado nos estudos do lazer através da vertente culturalista (HAESBAERT; LIMONAD, 2007), com a forte presença dos agrupamentos humanos que se constituem por afinidades, e ainda como ressalta Fulini (2014), nas vertentes econômica e política, haja vista que por meio dessas duas possibilidades de análise do território é possível, por exemplo, refletir sobre os investimentos setoriais de lazer, bem como, suas implicações sociais, seja na valorização de determinados espaços da cidade, ou de segregação sócio-espacial.

Já o lugar pode ser considerado partir de duas formas distintas de observação: a primeira trata-se da perspectiva radical-crítica, e a segunda, da corrente humanista (LOPES, 2012). Apesar dessas duas direções, desponta-se a ideia do lugar vinculado à aspectos relacionais, a identidade e a relações afetivas em relação ao espaço (SANTOS, 1997). Posto isto, é possível pensar os espaços de lazer por meio destas relações subjetivas.

2 O DIÁLOGO ENTRE A GEOGRAFIA E O LAZER

Para compreender o fenômeno do lazer na perspectiva da Geografia realizou-se um resgate histórico a partir da evolução do pensamento geográfico, no intuito de apreender em que momento a preocupação com a utilização do tempo livre dos sujeitos, mais especificamente o lazer, tornou-se parte das inquietações da Geografia. Mascarenhas (2010), ao tratar da Geografia e lazer, assevera que a contribuição de geógrafos para o desenvolvimento dos estudos do tempo livre está muito aquém de suas possibilidades e capacidades. A escassez de contribuições oferecidas pelos pesquisadores vinculados à ciência geográfica, portanto, indicam que se está diante de um caminho ainda a ser percorrido.

Partindo deste pressuposto, Almeida (2006) e Mascarenhas (2010), ao tratarem da história do pensamento geográfico, destacam algumas escolas em seus referidos momentos e

acentuam a ausência de preocupação destas em incluir, por exemplo, as festas e o entretenimento entre os fenômenos que se definem para análise.

Almeida (2006) inicia o levantamento pela escola tradicional francesa, enfatizando seu interesse em produzir conhecimentos relativos apenas aos fenômenos produtivos da sociedade. Deu-se, neste momento, prioridade às questões culturais e técnicas de apropriação do meio, pensando na relação homem-meio através das atividades produtivas. Destaca-se nesta escola uma atenção para os “gêneros de vida” ao qual buscava-se:

[...] trazer aos que exerciam poder político e econômico, a ideia de como viviam as populações atrasadas das colônias e, em consequência, facilitar o desenvolvimento de técnicas de persuasão das mesmas. Os trabalhos geográficos se transformaram em armas que facilitariam a penetração do capital no meio colonial, promovendo a formação de cidades e forçando as populações que viviam em um estágio comunitário a entrar na economia monetária de consumo [...] (ANDRADE, 1989, p.17).

Para Mascarenhas (2010), apesar desta escola se propor a estudar os “gêneros de vida”, repetidas vezes direcionou o seu foco para as atividades laborais, tratando como menos importante ou quase menosprezando o entretenimento e a festa. Todavia, o autor faz uma ressalva, alegando que nesta escola não havia qualquer restrição quanto à questão do lazer, o que ocorria é a existência de uma relação hierárquica de interesses, na qual a produção relacionada a bens necessários para a sobrevivência humana era prioridade em relação a festas ou qualquer elemento que envolvesse o lúdico.

A Nova Geografia (meados do século XX) emergiu em um contexto caracterizado por uma crescente industrialização, urbanização e expansão de capital, o que de certa forma, culminou na reorganização espacial e em uma “nova geografia” pautada em matemáticas e estatísticas, modelos normativos e geometria, ou seja, quantitativos (MORMUL; ROCHA, 2013). Nesse contexto, a Nova Geografia dedicava seus esforços ao modo de produção capitalista, estudando os polos de desenvolvimento, mapeamento de recursos naturais, dentre outras questões atreladas ao progresso material (ALMEIDA, 2006).

No entanto, na visão de Mascarenhas (2010), foi neste momento da Geografia Aplicada que passou a se pensar no tempo livre dos sujeitos de forma mais enfática, surgindo então, uma ramificação diretamente relacionada ao turismo, e junto a ela, se rascunha uma geografia direcionada aos esportes e, posteriormente, uma geografia da recreação que abarca turismo e

esportes, sendo estes articulados com a geografia econômica. O autor segue afirmando que a expansão do *Welfare State*³, que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 nos países do capitalismo central, culminou em um processo de afirmação das políticas públicas que visavam o lazer em massa, o que contribuiu para o avanço de trabalhos voltados ao lazer por parte dos cientistas sociais, mas que, sem critérios, eram realizados apenas com o objetivo de fornecer aos governos informações e mapas que pudesse ser úteis para a demanda de equipamentos voltados ao lazer.

A acelerada mercantilização atribuiu um novo significado ao lazer, à recreação e ao esporte, tornando-os uma fonte financeiramente rentável (MASCARENHAS, 2010). Segundo o autor:

Os estudos em torno da recreação se articulam como tributários da geografia econômica, e sua emergência reflete, sobretudo, o acelerado processo de mercantilização alcançado por esse ramo de atividade já naquele momento. Tais esforços inserem-se, justamente, numa das preocupações centrais da geografia pragmática, a de verificar os padrões e modelos espaciais de diferentes atividades humanas (MASCARENHAS, 2010 p. 144).

Outra escola que acaba por tratar das atividades de lazer como plano secundário em seus aportes teóricos foi a Geografia Crítica, que possuía em sua base o materialismo histórico e a dialética de ordem marxista. A chamada Geografia Crítica (século XX, mais precisamente década de 70), se constitui com o intuito de compreender o espaço geográfico como fruto da ação humana através de força de trabalho, perpassando pelas relações e modos de produção, globalização, divisão internacional do trabalho, dentre outras questões afins (MORMUL; ROCHA, 2013).

Esta, por sua vez, possui como norteador de suas pesquisas a geração das desigualdades em decorrência do capital, os conflitos sócio-espaciais e a territorialização do capital (MASCARENHAS, 2010). O lazer, nesse momento, não era considerado capaz de detonar forças revolucionárias, ou ainda, servir de base para explicar o processo de acumulação do capital.

³ Em linhas gerais o *welfare state* foi “uma das marcas da “era dourada” de prosperidade do pós-guerra, significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo (GOSTA, 1994, p.73).

Em um levantamento realizado por Mascarenhas (2010) pode-se perceber que poucos foram os trabalhos voltados para o lazer nesse período da Geografia, entre eles, o autor destaca o artigo de Mendes (1996), discutindo as articulações entre a globalização, a cidade e o lazer, tendo como resultado a segregação sócio-espacial, bem como o trabalho de Odette Seabra (1997), que aponta a presença do antigo futebol varzeano como forma de resistência cultural por parte dos operários em bairros paulistanos. Mascarenhas (2010) menciona também que a partir de 1990, nos trabalhos de David Harvey passa haver uma valorização sobre os temas vinculados à produção cultural e entretenimento, o geógrafo Milton Santos, em 1991, traz pela primeira vez uma referência sobre as casas de espetáculos e estádios de futebol para discorrer sobre os aspectos econômicos do território e urbanização (SANTOS, 1991), e no livro de Santos e Silveira no ano de 2001, foram encontradas três páginas dedicadas à temática de viagens, turismo e lazer (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Mesmo que, como já observado, não tenha sido uma questão de grande relevância para ciência Geográfica ao considerar que a sociedade atinge um elevado nível de novas técnicas, e que se considerada como pós-industrial, deve-se pensar então, em uma diminuição do tempo de trabalho e, em consequência, uma maior preocupação com o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos, que é justamente onde se faz presente os momentos de lazer (LUCAS, 2007).

Mascarenhas (2010) realizando uma reflexão sobre o papel dos geógrafos nos estudos do lazer destaca dois pontos importantes: o primeiro refere-se a uma relativa despreocupação por parte dos geógrafos quanto ao potencial contido nas categorias de análise da Geografia para a análise do fenômeno e, o segundo, a constatação quando à superficialidade dos trabalhos de geografia ao abarcar o tema lazer. Assim, para Mascarenhas (2010, p. 142):

[...] cabe aos geógrafos, indubitavelmente, o estudo de suas implicações territoriais ou, no sentido mais geral, de sua espacialidade. Entretanto, esta dimensão espacial permanece pouco estudada, pois, quando examinamos a trajetória do pensamento geográfico, o que se percebe em seu extenso e mutante repertório temático é justamente a escassez de preocupações para com o lazer.

O autor segue afirmando que:

[...] a contribuição dos geógrafos ao entendimento do lazer permanece muito aquém da magnitude deste, conferindo aos que nesse campo se aventuram a desconfortável oscilação entre a abordagem superficial e a escuridão errante (MASCARENHAS, 2010, p. 146).

Diante o exposto, é importante a participação dos geógrafos, principalmente os geógrafos sociais, que têm focado os seus interesses nos fatores espaciais, e ainda ambientais, dedicarem esforços ao estudo do lazer (PARKER, 1978). Partindo deste princípio, compreender o espaço e suas atribuições ao lazer se tornam imprescindíveis. Assim, umas das possibilidades de interlocução entre o lazer e a Geografia estão nos conhecimentos obtidos por esta ciência acerca do espaço geográfico (LUCAS, 2007).

3 PENSANDO O ESPAÇO E O LAZER

Nota-se que Mascarenhas (2010) evidencia em sua pesquisa a importância do estudo das relações que se estabelecem entre o espaço e o tempo livre. De forma complementar a esse raciocínio, Gomes (2004) defende que espaço e tempo são constituintes dos estudos do lazer. Para a autora, o lazer é uma dimensão cultural que se constrói a partir da vivência lúdica e manifestações que decorrem em um dado tempo/espaço.

O geógrafo Milton Santos (1997) em um conceito clássico, define o espaço geográfico como sendo um conjunto de sistemas de objetos e ações indissociável, solidário e contraditório que não são considerados de forma isolada, mas sim, como uma totalidade na qual a história se faz. O mesmo autor entende o espaço como:

[...] conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, [...] o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 1994, p. 110).

O espaço, dessa forma, pode ser entendido como algo dinâmico, dependente das ações e relações que ocorrem com seus objetos. Dentre os fatores que causam tal dinamicidade espacial estão os fixos, que por sua vez, são assinalados pela materialização do trabalho exercido pelo homem (casas, bairros, etc.), e que fixados em um respectivo lugar, possibilitam ações que levam a transformação do próprio lugar, e dos fluxos que acabam por reconfigurar aquele lugar por meio das condições ambientais e sociais (SANTOS, 2002).

Carlos (2001), da mesma forma que Santos (2002), defende a ideia das relações a partir do espaço. Segundo ela, os elementos que compõem a existência comum dos sujeitos partem de um espaço, deixando ali sua marca e seu registro:

Lugar onde se manifesta vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano de reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz o espaço. Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território (CARLOS, 2001, p. 11).

Nesta perspectiva, Corrêa (2003, p. 35) sinaliza para ideia das práticas espaciais, “[...] conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o e suas formas e interações espaciais”, e que resultam:

[...] de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento [...]. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo. As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meio efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território [...] (CORRÊA, 2003, p. 35).

Cabe salientar que nem sempre estas práticas espaciais condizem com os ideais urbanos de grande parte da população, pois está diretamente articulado com objetivos de uma classe dominante, e nesse sentido como constituinte social, o lazer, muitas vezes, faz parte desta lógica.

Para Seabra (1997), a vida tem sua implicação a partir do espaço. Segundo a autora, o espaço é tido como objeto sendo nele e por ele, que se articulam as múltiplas estratégias gerando conflitos, onde se defrontam tanto as estratégias do Estado, como a dos moradores da cidade, que se utilizam do espaço. Tais conflitos são vivenciados também na perspectiva do lazer, ao qual não pode ser considerado indissociavelmente do espaço urbano. Marcellino (1983), pensando no lazer no espaço urbano já mencionava em suas narrativas a questão da democratização do lazer, e incluía na condição do espaço, o tempo:

Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo livre enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos de via diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano (MARCELLINO, 2006, p. 25).

Diante o exposto até então, pode ser observado que é partir do espaço que ocorrem as mais variadas formas de ações e relações, assim sendo, para que o lazer possa ser compreendido de forma mais aprofundada, é fundamental que se entenda o espaço ao qual ele está inserido. Nessa lógica é possível trazer à luz a fala de Lefebvre (2006) quando se refere à terceira dimensão da produção do espaço aludindo sobre o “espaço vivido”, onde se faz presente a experiência vivida do espaço, que remete o mundo como ele é experimentado pelos indivíduos no seu cotidiano.

Frente o exposto, percebe-se que uma das contribuições da Geografia aos estudos do lazer é o espaço, tendo em vista que é por meio do espaço que ocorre a prática do lazer. Lucas (2007) vai além e coloca o espaço como locus fundamental para esses estudos, e se baseia no fato de que é o homem o agente social que produz e (re)produz o espaço no qual ele está inserido, tornando este um espaço construído socialmente e, desta mesma forma, é possível pensar em espaços destinados ao lazer. O lazer torna-se então, um fenômeno espacial.

Tratar o lazer como fenômeno espacial pode implicar, principalmente a partir de observações empíricas, a presença de outros conceitos utilizados pela Geografia, já que estes se apresentam a partir do espaço. Apesar de ser considerado, por alguns autores, como uma das categorias de análise geográficas mais subjetivas, o território é um conceito importante para compreender a configuração do lazer em espaços distintos, ou até mesmo em um único espaço.

4 PENSANDO O TERRITÓRIO E O LAZER

O conceito de território, segundo Lopes (2012) surge a partir das percepções de Friedrich Ratzel por volta do final do século XIX, compreendendo o território como uma área ou parcela da terra que estivesse sendo utilizada por um grupo de pessoas.

Em relação a essa perspectiva, vale salientar, que o território aqui tem um caráter “etológico” e simplista, pois a ideia de território, nesse caso, se restringe às áreas que são objeto de atuação direta dos seres humanos e, assim, tende a confundir território e espaço, o que, também proporciona uma marginalização do caráter político inerente território (LOPES, 2012, p. 28).

Já no campo da Geografia política o território ganha um caráter político, sendo utilizado como referência nacional, isto é, pensado e interpretado por meio do Estado-Nação (LOPES, 2012). Sem embargo, o território perde seu destaque com a escola francesa e sua vertente possibilista, surgida entre final do século XIX e início do XX. Esta, por sua vez, contrapõe-se ao conceito de território, fazendo emergir o conceito de região (LOPES, 2012). O território só volta a entrar em cena nas discussões nos anos de 1960 e 1970 sob os preceitos teórico-metodológicos da fenomenologia e do materialismo histórico dialético. Nesse contexto, o território ganha novas possibilidades de análise, podendo ser aplicado aos estudos voltados a redes de circulação e comunicação, contradições sócio-espaciais, relações de poder, identidade de grupos sociais, dentre outros (FERREIRA, 2014).

O território é uma categoria de análise estudada não apenas por geógrafos, mas por pensadores de outras áreas do conhecimento, como na Biologia, que utilizando o conceito de território para compreender a distribuição da fauna; na Sociologia, onde o conceito de território é utilizado para a compreensão de determinando fenômeno a partir das relações sociais; na Economia, a partir do viés da produção; e na Antropologia, que se utiliza da dimensão simbólica do território para estudar as comunidades tradicionais (HAESBAERT, 2009).

Destarte, ao utilizar a referida categoria, é imprescindível que se tenha a clareza teórica sobre o significado de território, bem como, dos desdobramentos conceituais a ele relacionados tais como territorialização, territorialidade, des-territorialização, re-territorialização, multiterritorialidade, transterritorialidade, microterritorialidade e identidade territorial, para que, conseqüentemente, se torne viável a correta interpretação do fenômeno a ser estudado, no caso desta pesquisa, o lazer. Não se deve desconsiderar, ainda, a existência de três vieses de análise do território, sendo eles o enfoque político, econômico e cultural (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Primeiramente e, como mencionado anteriormente, tem-se o território a partir do viés político. Nessa perspectiva o espaço é pensado e delimitado pelo poder e domínio, muitas vezes de caráter estatal, envolvendo as relações de superioridade política, controle de recursos, fluxos

populacionais e de fronteiras (FUINI, 2014). Esta concepção de análise do território está pautada na Geografia Política ou Geopolítica clássica.

Um dos grandes intelectuais que considerava o território neste ângulo foi Friedrich Ratzel, que o compreendia como manifestação tanto moral quanto legal do Estado, considerando a conexão entre o solo e o povo como sendo base da organização social e defesa do seu espaço de poder. Neste contexto, Ratzel (apud MORAES 1992, p. 70), defendia:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a Geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Tivemos ao contrário algumas teorias sociais em que não foi absolutamente considerado o ambiente físico; e em toda a sociologia moderna o território merece tão pouca consideração que as obras que tratam dele a fundo nos aparecem com as exceções. A maior parte dos sistemas e das teorias sociológicas considera o homem como separado da Terra.

Em outra forma de análise, o território é enquadrado sob a ótica econômica que “incorporado à lógica de ação privada-mercantil, define-se pelo controle de recursos econômicos [...] e também é definido pela relação capital-trabalho e luta de classes” (FUINI, 2014 p. 223). Esses territórios contam ainda “[...] com a assunção dos Estados através de seu quadro administrativo e normativo. Envolve a perspectiva da seletividade territorial da ação do capital” (FUINI, 2014 p. 223). Segundo Haesbaert e Limonad (2007) alguns dos pensadores que se destacam nesta óptica econômica que envolve o território são Storper (1994), Benko (1996) e Veltz (1996).

A reflexão acerca do território e do lazer na perspectiva econômica inclui pensar no espaço, seja ele urbano ou rural, sob uma lógica capitalista, na qual este espaço torna-se um produto pensado para atender as demandas de uma minoria. Dentre outras questões que poderiam ser incorporadas nesta discussão, pretende-se destacar duas realidades distintas, porém presentes não apenas nas grandes cidades, como também, nas pequenas cidades.

A primeira realidade refere-se aos descompassos sociais tendo como uma de suas marcas, a distribuição desigual de equipamentos públicos para o lazer fomentando a seletividade, o que em determinadas situações, estimulam o surgimento de territórios. O olhar para a produção do espaço urbano, tendo como foco os espaços públicos possíveis de serem apropriados para o

lazer, requer a capacidade de perceber determinadas situações, como por exemplo, a implantação de praças ou outros espaços públicos como utilitários para a manutenção de determinada classe social em seus respectivos bairros, ocasionando o estreitamento de laços por meio de identidades, e o possível surgimento ou a intensificação de um território.

Faz-se importante, neste momento, explicar que a possibilidade de surgimento de território refere-se ao fato de que em determinados bairros ou comunidades (termo utilizado pelos moradores de determinadas favelas), este espaço é permeável e fluído, ou seja, aceita-se e inclusive estimula-se a presença de habitantes de vários pontos da cidade, tornando esses espaços heterogêneos. Em contrapartida, em outros bairros e favelas, o que é mais comum de se observar, são espaços marcados pela homogeneidade, onde a presença marcante é dada apenas pelos habitantes locais, não sendo permitida a entrada de outras pessoas, e neste caso, acena-se para a constituição de territórios impermeáveis.

A segunda possibilidade de análise diz respeito ao lazer como oportunidade de consumo. Mediante as ações conjuntas definidas entre o público e o privado, bairros, avenidas, galerias, dentre outros, se tornam centros especializados em entretenimento, ocasionando uma territorialização do lazer com opções variadas que satisfazem, ao menos que parcialmente, as necessidades de lazer de quem possui condições de usufruir destes serviços em seu tempo disponível.

Outra possibilidade de interpretação do território é a partir da concepção culturalista, trabalhada na Geografia Humanística e na Geografia Cultural, tendo como precursores, Deleuze e Guattari, e ainda, Tuan (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Nessa perspectiva, o território pode ser identificado como:

Material e imaterial, com conteúdo ideológico e simbólico, definido pelas relações de apropriação e representação construídas pela lógica do cotidiano, tanto pessoal quanto coletivo, criadora de sentimentos de pertencimento e de identidade com o lugar ou os lugares (FUINI, 2014 p. 223).

Assim, a categoria de análise território torna-se interessante, pois, passa a ser vista como produto da apropriação do espaço por indivíduos, ou ainda grupos étnicos-culturais, envolvendo a identidade social e/ou o imaginário (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Não é incomum observar agrupamentos de indivíduos que se reúnem em vários espaços da cidade, para a realização de práticas diversas nos momentos disponíveis para o lazer. Esses

grupos são constituídos por indivíduos que possuem características em comum, como por exemplo, a orientação sexual, religião, dedicação ao mesmo esporte ou ao mesmo gênero musical dentre tantos outros que possuem, como característica agregadora, a afetividade, ou ainda, pela possibilidade de exteriorização do que lhes causam prazer. Para Costa (2010, p. 211):

Tanto territórios funcionais como as territorializações construídas pela apropriação identitária do espaço, em diferentes escalas, são definidos por seus construtores. As territorializações definidas por atividades de convivência afetiva e identitária são construídas por um conjunto de pessoas que se agregam em partes do espaço, em função de interesses relacionais específicos (gostos estéticos, por exemplo). Os atributos relacionais desses grupos determinam marcações no espaço de convivência.

Ainda segundo Costa (2010, p. 211):

As marcações singulares fragmentam o espaço e estabelecem diferenças socioespaciais. Essas demarcações, por mais frágeis que sejam, por mais permeáveis que sejam seus limites, são expressas por territorializações. Nesse sentido, os passantes aglomeram-se nas ruas das cidades e elaboram uma mistura de estilos, mas a atração para o grupo identificatório será basicamente territorial. Embora essas territorializações sejam efêmeras, fluidas, sem limites rígidos, sendo fixas, sobrepostas ou alternantes, elas tomam forma constantemente no espaço urbano (COSTA, 2010 p. 211).

Todavia, é importante pensar na existência de várias possibilidades de análise que surgem a partir do olhar atento sobre a cidade e a identificação destes territórios. Como exemplo desta asserção, faz-se interessante compreender as motivações que levam a formação destes agrupamentos humanos diferenciados, ou tribos urbanas, e a sua associação com a forma de apropriação de um dado espaço cidade, assim como, as atividades de lazer que por este grupo são desenvolvidas.

Torna-se exequível a partir desta análise, pensar nas relações sócio-espaciais que se desencadeiam, e na relação que se cria a partir do diálogo entre o corpo e o espaço, ou seja, na relação que se estabelece entre os sujeitos e o ponto da cidade onde eles se encontram no momento do lazer, refletindo sobre o espaço como possibilidade de um campo simbólico; nos grupos de resistência à lógica capitalista; ou ainda na influência do público e/ou do privado na apropriação dos espaços.

É factível, ainda, pensar na influência exercida pelo capital econômico e cultural na dinâmica de apropriação dos espaços públicos. Serpa (2013) foi um dos autores que se propôs a refletir sobre tal fenômeno fazendo menção aos arranjos espaciais que se criam por meio da sociabilidade nesses espaços. Sob esse aspecto, o autor faz uma importante contribuição ao pensar as apropriações e os espaços públicos como uno, mas também como múltiplo. Nas palavras do autor, “Se for certo que ‘público’ significa somente acessibilidade física irrestrita, todo mundo junto e sendo visível a todos, se isso é o espaço público, então é preciso reconhecer que ele está completamente esvaziado de sua dimensão política” (SERPA, 2013, p. 64). O autor ainda articula suas ideias pensando a privatização do espaço público pelos sujeitos ocasionando um processo de segregação. Para melhor compreensão do fenômeno, Serpa (2013, p. 69) opera juntamente com a categoria de análise território.

[...] a apropriação do espaço público na cidade contemporânea é condicionada por representações segregacionistas, que vão mediar processos de territorialização de grupos sociais – classes e frações de classe –, a partir de uma dialética entre capital cultural e capital econômico. Nos ‘novos’ e ‘renovados’ espaços públicos urbanos ao redor do mundo, as práticas espaciais inscrevem-se na ‘territorialização do espaço’. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes, ‘invisíveis’. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, dividido entre os diferentes grupos e agentes. A acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos – e utilizados – como uma maneira de neutralizar o ‘outro’ em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos.

De forma sucinta foram apontadas algumas possibilidades nas quais o fenômeno do lazer e seus múltiplos condicionantes é compreendido a partir do território. Desconsiderar o território quando este se faz presente é sucumbir a capacidade de entender um fenômeno que possui raízes mais profundas do que se pode observar a um simples lance de olhar. Assim, além de identificar um território, é preciso reconhecer seu enquadramento dentro do contexto estudado, sua base conceitual e desmembramento, para só então, explanar a realidade observada.

Outra categoria e análise da Geografia que pode emergir durante os estudos do lazer é o lugar.

5 PENSANDO O LUGAR E O LAZER

A categoria de análise lugar está diretamente vinculada às discussões pautadas na Geografia humana, que por sua vez, possui duas vertentes: a primeira trata-se da geografia fenomênica ou humanista, pensada também por intermédio da Geografia cultural; e a segunda é marcada pelas acepções da geografia crítica, tendo bases ideológicas marxistas, constituindo-se o materialismo histórico e dialético.

Partindo do princípio humanista, a prioridade são as ações envolvendo homem-natureza e ambiente, considerando como importante ferramenta de análise, as subjetividades. Para Tuan (1976 apud HOLZER, 2008), o Humanismo é uma maneira de compreender os produtos e as ações que envolvem os sujeitos para além da visão cartesiana, partindo para uma visão ampliada, passando a inserir os estudos sobre humanidades nas discussões geográficas.

Nesse sentido o lugar passa a ser apreendido como suporte para a vida humana, como experiência particular de cada sujeito, permeada por meio dos símbolos e também significados subjetivos:

É como se os lugares formassem a teia, as articulações do espaço. O lugar para essa corrente geográfica de pensamento advém do espaço na medida em que agimos intencionalmente, quando focalizamos o espaço em torno das experiências, sejam casuais, simples, banais ou aquelas que causam impactos, isto é, as que chamamos de experiências fenomenais (LOPES, 2012 p. 26).

Ainda na visão humanista, o lugar decorre a partir do espaço tendo como essência as experiências da vida cotidiana que se constituem no habitar, no trabalho, no entretenimento, no próprio lazer, dentre outras possibilidades. “Para isso se fazer, o fundamento onde se desenrola tudo isso é o lugar, que assume, além da ação e da percepção em sua experiência concreta ou simbólica, outros estamentos: o lar (casa, ou qualquer local considerado como lar), o vilarejo ou bairro, a cidade, o país e o mundo” (LOPES, 2012 p. 26). Tuan (1983) versa sobre a existência de uma diferenciação entre o espaço e o lugar, caracterizando o primeiro através da ideia de amplitude, e o segundo referindo-se à proximidade entre os sujeitos à aspectos vinculados a humanização e a ainda a segurança.

Já na perspectiva radical-crítica, o lugar é concebido por meio de uma construção social que se prossegue ao longo da história obedecendo a congruência da lógica social dada em cada

momento histórico, e por meio da sua materialidade e sua imaterialidade, torna-se um dos meios capazes de promover a funcionalidade do mundo (LOPES, 2012).

Para Santos (1997), o lugar não está desvinculado de uma ordem local e global ou mundial. Para o autor, a lógica global busca impor a homogeneidade mundial, no entanto, o lugar possui uma racionalidade própria que contrapõe a racionalidade global, em outras palavras, enquanto a ordem global trata da exposição de escalas externas e superiores, o local baseia-se na escala do cotidiano onde ocorrem as relações de comunicação, da intimidade, da emoção, da vizinhança, dentre outras. Deste modo, na perspectiva de Santos (1997), o lugar é integrado tanto pela lógica global, quanto pela local, mantendo uma relação dialética.

Entretanto, mesmo com as divergências de entendimento quanto à ideia da categoria de análise lugar tratada pelas correntes humanista e a radical-crítica, uma característica bastante presente em relação ao lugar é a sua capacidade de tornar-se um mecanismo que envolve a identidade, os aspectos relacionais e as relações afetivas que se estabelece com o espaço.

Assim, Silva et al. (2012) defende que pensar o lazer por meio do lugar faz-se importante para o desenvolvimento de uma sociedade, visto que além de ponto de encontro e convívio social, se estabelece relações singulares, dentre elas, a de pertencimento aquele espaço:

[...] o homem necessita de um lugar, em que deva estar envolvido com as esferas da vida e aspectos sociais, culturais e ambientais. Deste modo, o homem necessita interpretar o ambiente por meio da busca de referências e orientações que contribuem para a construção da percepção do frequentador sobre o espaço (SILVA et al., 2012 p. 9).

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, Silva et al. (2012 apud SCOCUGLIA; CHAVES; LINS, 2006) salientam que a interpretação do ambiente pode configurar em um lugar de boa legibilidade, incluindo o grau de relação existente entre o homem e a cidade, tendo em vista que esta relação funda um dos elementos que influenciam na utilização do espaço.

No entanto, em uma sociedade pautada no meio técnico-científico-informacional, não se deve descartar a noção de modificação dos significados e formas de organização dos lugares por parte de seus usuários. Assim, na percepção de Carlos (2007, p. 64), pode-se “[...] afirmar que os lugares são cada vez mais marcados por outros ritmos, por outras relações pessoais, por outros símbolos (ou pela substituição destes por sinais), que ganham novos conteúdos, ora redefinindo

antigos lugares ora criando outros lugares”. Partindo desta mesma linha de pensamento, Silva et al. (2012) pressupõe que os lugares:

Antes, eram tidos como estáveis e garantiam a orientação e definição entre a relação das pessoas e os espaços, no entanto, perdem sua assiduidade, passando a não ter estruturas fixas, estando em um processo constante de negociação intersubjetivas e construção imagética. De fato, é importante pensar que os lugares não são estáticos, possuindo uma identidade singular traçada a partir do cotidiano, da diversidade e da ocupação do espaço (SILVA et al. 2012, p. 10).

De modo geral, o lugar também representa a identidade de uma sociedade ou de um grupo e, para além disso, Carlos (2007) acredita que o lugar é o plano onde a vida humana se realiza. Nos espaços, os lugares de lazer, ou apropriados para tal prática, por meio da vivência, são permeados por características culturais, e que de certa forma, enriquecem o lazer humanizado.

Não obstante, se por um lado, o lugar tem sua representatividade a partir da relação de pertencimento, ou seja, o “pertencer ao lugar”, Carlos (2007, p. 61) assevera que a oposição a esta ideia também se faz presente na sociedade atual, e está projetada em um “[...] novo espaço baseado na não-identidade e no não-reconhecimento; que é o que estamos caracterizando como “não-lugar”. É importante destacar que a ideia do “não-lugar” não se refere a uma antinomia ao “lugar”, na realidade, trata-se segundo Carlos (2007), de um conceito que surge a partir das contradições do espaço geradas entre o valor e o uso do espaço.

O “sentimento de estranho”, mediante a produção espacial provocada pelo turismo, resulta nos habitantes das cidades, na perda de identidade, e frente à nova paisagem que se cria, sente-se a “querida que se morre⁴”, se desfigura. Somado a esse estranhamento se tem a artificialidade criada pela indústria do turismo, tornando o espaço apenas cenário para atividades de lazer passivo.

Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a *não-identidade* e, com isso, o *não-lugar*, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não-trabalho (CARLOS, 2007, p. 64).

⁴ A expressão “querida que se morre”, faz referência ao espaço ao qual os sujeitos mantinham uma relação de afeto e de pertencimento.

Defronte às perspectivas até então apresentadas, cabe ao pesquisador que se debruçar a estudar o lazer a partir do prisma geográfico, a possibilidade de compreensão deste fenômeno por meio da categoria de análise lugar. Para tanto, é imprescindível compreender a conexão, em alguns momentos vinculados a características afetivas, estabelecidas entre o sujeito e o espaço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade o lazer é visto como elemento fundamental de desenvolvimento de uma sociedade, estando presente em várias esferas da vida dos sujeitos, como, por exemplo, na esfera da religião, da família, do trabalho e até da educação.

Consequentemente, tem-se apresentado como uma temática fecunda para diversas áreas do conhecimento, tais como a Educação Física, a Arquitetura, a Sociologia, a Antropologia, Psicologia e ainda, a Geografia, que buscam, muitas vezes por meio da articulação destes conhecimentos, interpretar e contribuir para a compreensão do fenômeno lazer, fazendo deste, um tema multidisciplinar. Nesse contexto, a Geografia busca através de seus conceitos basilares, compreender determinados aspectos que envolvem o lazer e a sua materialização no espaço.

Dentre as possibilidades de articulação entre a Geografia e o lazer, como foi destacada neste artigo, está a categoria de análise espaço. O lazer só tem sua ocorrência efetiva a partir do espaço e por meio de seu subsídio conceitual, torna-se possível interpretar a dialética entre o corpo e o espaço que decorrem das atividades e das relações sócio-espaciais desenvolvidas no tempo disponível, além de ser possível esmiuçar o processo de produção e reprodução do espaço, tendo como recorte de análise, o lazer.

Outra categoria de análise geográfica e que advém do espaço é o território. Por meio deste conceito, na vertente política, econômica ou cultural, é possível compreender os agrupamentos humanos que se formam a partir das induções externas a eles, das motivações internas, e as consequências desses aglomerados nos momentos de lazer.

O lugar também surge como perspectiva de análise nos estudos do lazer, todavia, compreender esta articulação não é tão simples, pois implica, dentre outros fatores, as percepções particulares e subjetivas em relação ao espaço. Entretanto, a partir do percebido pelo pesquisador

por meio do trabalho empírico, é possível identificar desejos, perspectivas, frustrações, dentre outras características vinculadas ao espaço e que, muitas vezes, são abstratas para serem verificadas a partir de observações. É importante, então, que nesta perspectiva de pesquisa, guiada por uma metodologia bem definida, seja dada voz aos sujeitos da ação, ou seja, ouvir as pessoas que praticam o lazer.

Destacaram-se, neste trabalho, algumas possibilidades de pesquisa e análise que contribuem não apenas para os estudos interdisciplinares do lazer, já que, para a compreensão deste fenômeno é fundamental esta articulação, mas também, como forma de aprofundar os conhecimentos sobre os conceitos que norteiam a Geografia, tendo em vista que por vezes, são tratados de forma superficial.

A dissertação que hora gerou inquietações que resultaram neste artigo, revelou que o lazer apesar de obter uma grande relevância social, ainda enfrenta desafios no âmbito acadêmico, e uma das razões se deve ao fato do lazer ser um fenômeno dinâmico, já que, o modo de ser vivenciado muda mediante a cada contexto histórico. Por esta razão é importante destacar o papel dos geógrafos que, por meio da teoria geográfica, tornam-se capazes de compreender os fenômenos que decorrem no tempo e no espaço pensando nas transformações, suas causas, suas consequências sociais, além de acenar para perspectivas futuras.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. V. **Alfred Agache e o “aparelho respiratório” da cidade: concepções, proposições e realizações de espaços públicos de lazer no primeiro plano de remodelação, extensão e embelezamento da capital federal.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil.** São Paulo: Ática, 1989, 64 p.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

_____. **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2005, 204 p.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5 ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003. p.15-47. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

COSTA, B. P.. Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas e/ou homoafetivas. **Revista Latino americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v.1, n.2, p.208-224, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1716>>. Acesso em 14 ago. 2015.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.1, p.225-249, jan/jun. 2014. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/download/6155/4366>. Acesso em: 22 abr. 2017.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.

GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GOSTA, E-A. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**. n. 35, dez. 1994. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Gosta_EspingAndersen/publication/262481223_After_the_Golden_Age_The_Future_of_the_Welfare_State_in_the_New_Global_Order/links/563241c208ae584878090641.pdf>. Acesso em 22 abr. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista etc..., espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, ago. 2007. Disponível em: < <http://www.uff.br/etc>>. Acesso em 05 out.2016.

HOLZER, W. A Geografia Humanista: uma revisão. **Periódico Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, p. 137-147, 1993-2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6142/4414>>. Acesso em 12 abr. 2017.

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 178 p.

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012 Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/7332/4371>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

LUCAS, F. M. **A prática do lazer em áreas urbanas sujeitas à exclusão social em Presidente**. (2007). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Prudente –SP. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/163214?locale=es_ES>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Editora Papirus, 1983, 83 p.

_____. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8585701374>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MASCARENHAS, G. J. Contribuições da Geografia para o Estudo do Lazer. In: MELO, Victor, A de (Org.). **Lazer: olhares multidisciplinares**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010, p 139-160.

MENDES, R. Globalização, urbanização e lazer. **Revista Experimental** a.1, n. 1. 1996, p. 69-76.

MORAES, A. C. R. Ratzel. **Coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1990, p. 23. Disponível em: <<http://www.mediafire.com/file/jj1e9m0u2fe7x1a/RATZEL%2C+F.+Cole%C3%A7%C3%A3o+Grandes+Cientis>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MORMUL, N. M.; ROCHA, M. M. Breves considerações acerca do pensamento geográfico: elementos para análise. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**. v. 17, n. 3, set./ dez. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/geografia/article/viewFile/7916/pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

OLIVEIRA, T. P. **A outra face**: uma representação sobre o lazer noturno na Avenida Tiradentes em Maringá, PR. (2017). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá – PR. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000226869>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PARKER, S. R.. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 184p.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 308p.

_____. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002, 174p.

SEABRA, O. C. L. Conteúdos da urbanização: dilemas do método. In: SILVA, José B. da (Org.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

SERPA, A. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Revista Cidade**. São Paulo, v. 10 n. 17.. 2013. Disponível em<:<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3235>>. Acesso em 14 abr. 2016.

SILVA, E. A. P. C. et al. Os espaços de lazer na cidade: significados do lugar. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/2012. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/455>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a Perspectiva da Experiência. São Paulo, DIFEL, 1983. 250 p.

Data de recebimento: 18 de junho de 2017.

Data de aceite: 05 de dezembro de 2017.